

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Presidente do Senado entrou em campo

Alcolumbre negocia eleição do Estado do Rio com o STF

Transformado em camisa 10 da oposição depois de derrotar duas vezes o governo, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), está em campo para outra disputa pesada: convencer o Supremo Tribunal Federal a resolver a sucessão no Estado do Rio de Janeiro.

Desde o dia 23 de março, quando houve a renúncia de Cláudio Castro (PL), que os fluminenses estão sendo governados por um jogador improvisado na posição, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ricardo Couto.

A entrada de Alcolumbre no jogo é que motivou o cancelamento, pela segunda vez, de uma entrevista coletiva de líderes oposicionistas para cobrar uma posição do STF.

Coletiva cancelada

Como o Correio Bastidores publicou no último dia 5, PL, União e PP anunciariam, na mesma tarde, sua disposição de obstruir os trabalhos do Congresso para forçar uma definição do STF.

Isso, como disse o líder do PL da Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), se a corte não desse uma sinalização positiva sobre o andamento o caso ao presidente de uma das duas casas do Legislativo.

Divulgação / TJ-RJ



Presidente do TJ-RJ, Couto segue no governo do estado

Estrela de Davi

Pelo que agora diz Sóstenes, a estrela de Davi Alcolumbre surgiu no céu, e a oposição resolveu dar um “voto de confiança” à sua articulação com o STF.

Com a renúncia de Castro, caberia ao presidente da Assembleia Legislativa assumir interinamente o governo e convocar eleições indiretas para um mandato-tampão.

O problema é que a Alerj estava sendo presidida por um interino. O ex-titular, Rodrigo Bacelar (União), teve seu mandato cassado no dia 24 de março pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ele está preso.

Idas e vindas

Couto, então, assumiu o governo. A Alerj elegou rapidamente um novo presidente, Douglas Ruas (PL), pré-candidato ao governo na eleição de outubro. Mas a Justiça anulou esta votação. Ele acabaria sendo eleito de novo no último dia 17, mas o fato de o PSD do ex-prefeito Eduardo Paes — também pré-candidato ao Palácio Guanabara — ter recorrido ao STF complicou tudo.

Jogo parado

Cabe ao STF decidir se será direta ou indireta a escolha de quem completará o mandato de Castro. No dia 9, o placar estava 4 a 1 pela indireta, mas o ministro Flávio Dino pediu vista do processo, alegando a necessidade de esperar a publicação do acórdão do TSE. Isso já ocorreu, mas o STF joga parado.

Em campo

Votaram a favor da indireta os ministros Luiz Fux, André Mendonça, Nunes Marques e Cármen Lúcia; Cristiano Zanin ficou com a direta que, a cada dia, torna-se mais improvável — o prazo vai ficando apertado para campanha, preparação de urnas e eventuais dois turnos. Sem o VAR do STF, Couto segue em campo.

Estratégias

Alexandre de Moraes teria se aproximado de Alcolumbre para articular a rejeição de Jorge Messias, advogado-geral da União, para a corte. Majoritária na Alerj, a direita quer uma definição para tentar eleger Ruas e, assim, controlar a máquina. Para o PSD, o melhor é prorrogar a indefinição.

Superdotação

Aprovado pela Câmara e pronto para ser votado no Senado, o projeto da deputada Soraya Santos (PL/RJ) que institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação é alvo de críticas de pais e de entidades especializadas. Eles querem que o texto seja mais discutido por comissões antes de ir para o plenário.

Críticas

O projeto foi incluído na pauta do plenário da próxima quarta-feira, mas a Frente Ampla em Defesa da Superdotação quer que a proposta passe, primeiro, pelas comissões de Educação e de Direitos Humanos do Senado. Alega que o texto poderá dificultar o desenvolvimento de estudantes.

Problemas

Há a alegação de que a definição de AH/SD como “condição do neurodesenvolvimento” não é consensual. Isso geraria problemas conceituais, patologização, exigência de laudos e criação de barreiras. Há também críticas à não obrigatoriedade de adoção de políticas por estados e municípios.



Moraes suspendeu dosimetria até julgamento final do STF

Moraes suspende Dosimetria do 8 de janeiro

Segundo decisão, nada vale até o julgamento final do STF

Por Rudolfo Lago

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes suspendeu no sábado (9) a aplicação da Lei da Dosimetria, que reduz as penas dos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, até que a Corte analise ações que tramitam a respeito.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), promulgara na sexta-feira (8) a lei, uma semana depois de o Congresso derrubar o veto feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ocorre, porém, que Alcolumbre votou o veto de Lula de maneira fatiada, como forma de evitar que a redução das penas proposta valesse também para outros condenados, que cometeram crimes como estupro. Tal movimento de Alcolumbre ao fazer a votação gerou contestação no Supremo, em ações movidas pela Associação Brasileira de imprensa (ABI), e pela federação Psol-Rede.

O PL da Dosimetria propõe uma redução de penas baseada principalmente na superposição de crimes correlatos. A proposta que teve como relator o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) sugere que, nesse caso, valha somente a condenação de maior pena. No caso, por exemplo, do ex-presidente Jair Bolsonaro, significaria rever a

condenação por golpe de Estado e abolição violenta do estado democrático de Direito, deixando apenas a condenação por gole, o que reduziria a sua pena.

A decisão de Moraes suspende qualquer decisão até o julgamento final do STF.

“A superveniência de interposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade (...) configura fato processual novo e relevante, que poderá influenciar no julgamento dos pedidos realizados pela defesa, recomendando a suspensão da aplicação da lei, por segurança jurídica, até definição da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal”, escreveu Moraes na sua decisão.

“Vontade popular”

Em nota, o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), criticou a decisão de Moraes. Segundo ele, o ministro “não suspendeu apenas uma lei, suspendeu a vontade popular”.

“Cabe à Câmara reagir com firmeza e aprovar, com urgência, a PEC contra decisões monocráticas que suspendam leis aprovadas pelo Congresso”, defendeu Marinho, referindo-se a uma proposta que já foi aprovada no Senado e tramita agora entre os deputados.

“E cabe ao povo eleger representantes corajosos para promover uma verdadeira e saneadora reforma do Judiciário em 2027”, completou.